ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

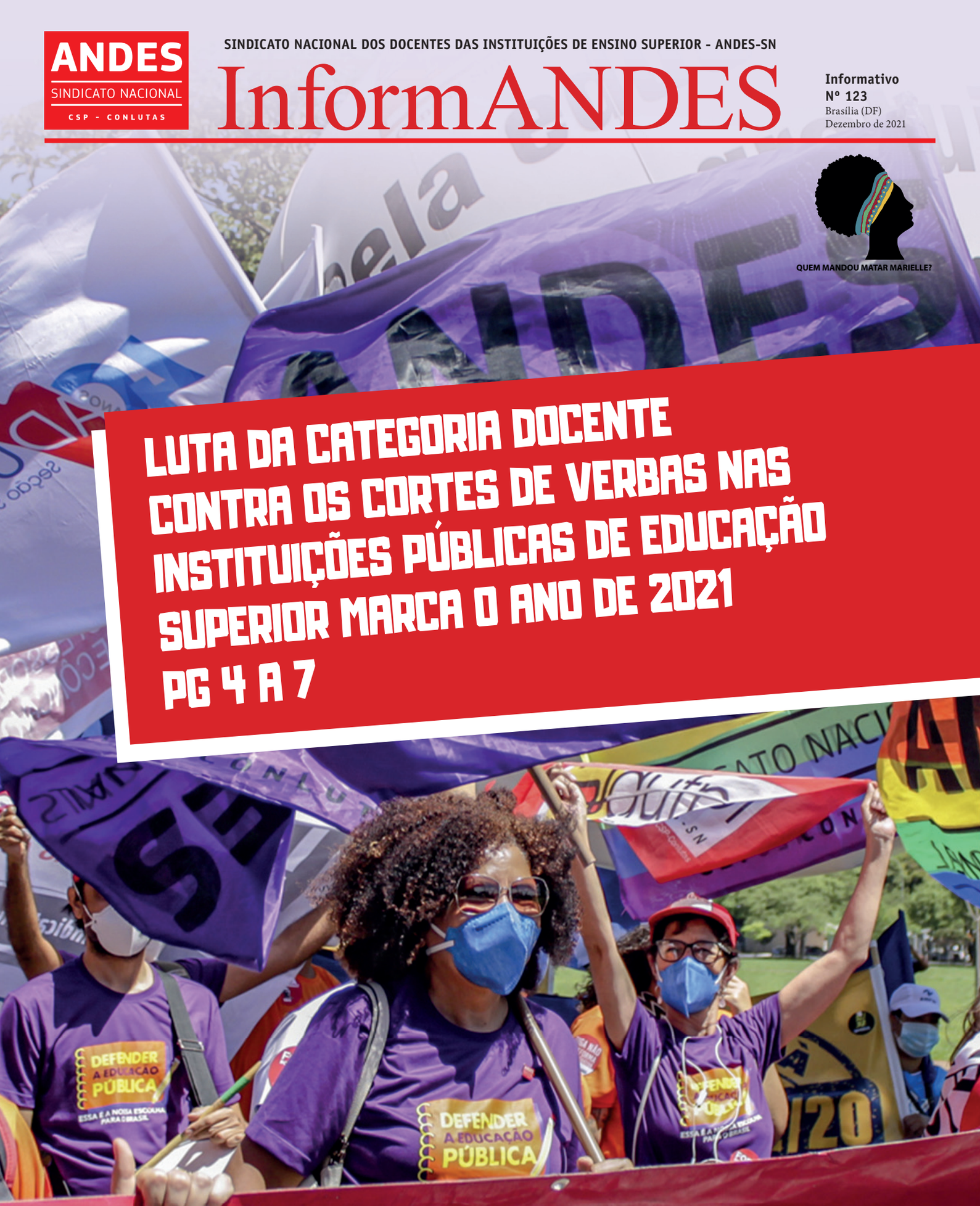
InformANDES

Informativo
Nº 123
Brasília (DF)
Dezembro de 2021

QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

LUTA DA CATEGORIA DOCENTE CONTRA OS CORTES DE VERBAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR MARCA O ANO DE 2021

PG 4 A 7



A luta contra a PEC 32 seguirá em 2022

Pág. 8 e 9

Movimentos pelo FORA BOLSONARO ocuparam as ruas de centenas de cidades pelo país

Pág. 10 e 11

Editorial

2021: das redes às ruas. Mais um ano de muita luta em defesa da Educação Pública

O ano de 2021 foi mais um ano histórico para nossas lutas em defesa dos serviços públicos. No dia 19 de março, completamos 40 anos de caminhada de um Sindicato Nacional comprometido com as lutas classistas e a defesa irrestrita da Educação Pública, gratuita, laica e socialmente referenciada nos interesses da classe trabalhadora. 2021 marcou nossa retomada da organização das lutas nas ruas, como fomos forjados historicamente, ou seja, em marcha.

Os atos nacionais da Campanha Fora Bolsonaro pautaram a agenda das manifestações massivas que atingiram todo Brasil e levaram para as ruas, novamente, com os devidos cuidados sanitários, lutadores e lutadoras indignado(a)s com uma realidade de fome, desemprego e irresponsabilidade do governo diante do genocídio em curso pela pandemia e contra todos os ataques à classe trabalhadora em sustentação ao projeto burguês de destruição do estado e dos direitos sociais.

Nos serviços públicos, foi a PEC 32 da contrarreforma administrativa que exigiu nossa coragem de manter mais de cem dias nossos(as) militantes da direção nacional, das seções sindicais, juntamente com os demais sindicatos e centrais sindicais que compõem o Fonasefe, em vigília permanente em Brasília. Nossos tambores e bandeiras estiveram presentes no aeroporto de Brasília, no Anexo II da Câmara e no do Senado, nos gabinetes dos deputados.

Os povos indígenas brasileiros também deram fundamental exemplo de coragem e de organização das suas lutas, com acampamento em Brasília que reuniu mais de 6 mil pessoas, mais de 130 povos, culminando numa grande Marcha das Mulheres Indígenas. Para o ANDES-SN, o apoio a esta luta foi central em 2021.

Foi neste ano também que colocamos nas ruas e nas redes a campanha nacional “Defender a Educação Pública é nossa escolha para o Brasil’, que tem organizado diversos materiais de denúncias e conscientização da importância da Educação Pública para o país, por meio de produção de vídeos, diferentes expressões artísticas e culturais, projeções, outdoors, panfletagem e várias outras ações em Brasília e outras regiões do Brasil.

Nosso caminho e fôlego de 40 anos de luta, foi reafirmado em 2021, na convicção de que um sindicato classista e comprometido com as lutas da categoria, da Educação, dos serviços públicos e conectado com as lutas da classe trabalhadora é o que sustenta essa incansável história do nosso Sindicato Nacional.

Desejamos a todas e todos que possamos, neste Natal e Ano-Novo, renovar nosso ânimo, pois o próximo ano demandará ainda mais coragem. **Seguimos firmes e em luta!**

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br
Diretora Responsável: Francieli Rebelatto
Revisão dez/21: Silvia Lakatos
Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF
Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF
Jornalistas: Bruna Yunes, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli e Luís Andrade
Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

40º Congresso do ANDES-SN será realizado entre 27 de março e 1º de abril de 2022, em Porto Alegre/RS

O último congresso aconteceu no início de 2020, em São Paulo, antes da pandemia da Covid-19

Reunião de diretoria biênio 2020 2022 delibera sobre construção do 40º Congresso, entre outras atividades

Quem esteve em São Paulo em fevereiro de 2020 para acompanhar o 39º Congresso do ANDES-SN nem imaginava que só voltaria para o mais importante encontro presencial do Sindicato dois anos depois. Devido à pandemia da Covid-19, o ANDES-SN não realizou Congresso em 2021 e deliberou a realização de Conads virtuais a cada três meses para discutir e aprovar as pautas importantes da entidade.

Foi na Plenária do Tema II do 13º Conad Extraordinário do ANDES-SN que as e os docentes deliberaram pela realização do próximo Congresso do ANDES-SN. De forma totalmente presencial, o encontro será realizado entre os dias 27 de março e 1o de abril de 2022, na cidade de Porto Alegre (RS), a partir do tema "A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!". Por lá, as e os docentes vão discutir a conjuntura do Movimento Docente, atualizar o Plano Geral de Lutas e os Planos de Lutas dos Setores.

Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN, destacou a importância da realização do evento presencial, respeitando todos os protocolos de biossegurança, com a presença de docentes de todo o país para elaborar discussões em conjunto e atualizar todo o plano de lutas. O objetivo é tomar as melhores decisões para o rumo e para as lutas do sindicato.

"Nossa expectativa é muito grande. Vai ser o primeiro congresso da nossa gestão, visto que não o realizamos em 2021 em razão da pandemia. Acertadamente, decidimos não realizar um Congresso virtual, pois entendemos que a luta se faz presencialmente. Ainda vivemos um momento de pandemia e, por esse motivo, a nova edição do Congresso exige de nós uma preparação muito intensa, para manter as condições sanitárias necessárias para o encontro'', ponderou Rivânia.

A comissão do 40º Congresso Nacional, formada por representantes da Seção Sindical e da Direção Nacional, é composta pelas professoras e pelos professores: Rivânia Lucia Moura de Assis (ANDES-SN); Maria Regina de Avila Moreira (ANDES-SN); Amauri Fragoso de Medeiros (ANDES-SN); Manuela Finokiet (ANDES-SN); Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa (Suplente – ANDES-SN); Magali Menezes Mendes (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS); Cristina Amélia Pereira de Carvalho (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS); e Maria Ceci Misoczky (Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS).

Além disso, em apoio à população cubana, que resiste há mais de 60 anos ao embargo econômico imposto pelos Estados Unidos, dois trabalhadores/as da Central de Trabalhadores de Cuba foram convidados/as para participar do 40º Congresso. A decisão foi tomada durante o 39º Congresso e as e os delegados deliberaram que deveria ser respeitada a paridade de gênero na escolha da dupla. Também ficou decidido que esse e essa sejam representantes de sindicato da educação. Para garantir a segurança de todas e todos, haverá um protocolo sanitário definido pela comissão organizadora.

Por fim, a comissão organizadora do 40º Congresso segue empenhada em definir um plano sanitário que relacione as situações impostas pela pandemia da Covid-19 e a realização de eventos presenciais. Todas as informações do encontro estarão disponíveis no site do ANDES-SN.

Credenciamento

O pedido de credenciamento para o 40º Congresso deverá ser feito entre o período de 5 de janeiro a 28 de fevereiro de 2022, de forma prévia e online, pelo site credenciamento.andes.org.br. Para o recebimento da documentação regimental para inscrição de delegados/as, observadores/as e observadores/as suplentes do/a delegado/a, deverá se observar os critérios já estabelecidos, que estão expressos nos artigos 16 e 17 do Estatuto do ANDES-SN.

O 40º Congresso será realizado no Auditório Araújo Vianna (Plenárias) e os grupos mistos estarão espalhados em salas de aula da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CURIOSIDADE

Não é a primeira vez que a UFRGS sedia um encontro como esse. Em 1998, o 17° Congresso do Sindicato Nacional foi realizado na Universidade.

Docentes em luta contra o desmonte da Educação

Docentes em frente ao MEC durante a Semana em defesa da educação pública e contra os cortes

O ano de 2021 foi marcado por intensas lutas protagonizadas pela categoria docente contra os cortes e contingenciamentos de verbas nas instituições públicas de ensino, os ataques à autonomia universitária nas tentativas de mudanças em estatutos e regimentos, as intervenções nas reitorias feitas pelo Ministério da Educação (MEC) a mando de Jair Bolsonaro (PL), a imposição das voltas às aulas presenciais em plena pandemia da Covid-19 nas Instituições de Ensino Superior (IES), sem diálogo com a comunidade universitária, e os desafios do Ensino Remoto Emergencial (ERE), adotado desde 2020 como alternativa às atividades presenciais.

Imposição do ensino presencial

Após inúmeras tentativas fracassadas do MEC em impor, por meio de portarias, a volta do ensino presencial, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 5595/20, que torna a Educação Básica e o Ensino Superior serviços essenciais – aqueles que não podem ser interrompidos durante a pandemia da Covid-19. Desde que o projeto foi pautado, o ANDES-SN e demais entidades do setor da educação mobilizaram suas bases para pressionar as e os parlamentares a votarem contra a proposta que fere a autonomia universitária, prevista na Constituição Federal, e coloca em risco a vida de todas e todos envolvidos na comunidade escolar e universitária. Após muita pressão da comunidade acadêmica, que, dentre outras iniciativas, realizou uma jornada de lutas com a paralisação das atividades remotas no dia 19 de maio, com o mote "A Educação precisa resistir", o PL não prosseguiu no Senado.

"O ANDES-SN, desde o ano passado, tem defendido como centralidade da luta a defesa da vida e dos diretos sociais, para que a gente possa ter direito ao trabalho, à saúde e à educação. E a educação não pode estar deslocada desse cenário de pandemia em que vivemos. O governo não apresentou um plano efetivo e não estimulou as instituições a elaborarem um plano que garantisse a biossegurança para as aulas presenciais", apontou Joselene Mota, 1ª vice-presidenta da Regional Norte II e da coordenação do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN.

Em consonância com o Executivo e o Legislativo, algumas universidades públicas determinaram, de forma arbitrária, o retorno inseguro às atividades presenciais no modelo híbrido de ensino – que combina aulas presenciais com o ERE em um ambiente virtual. Em alguns casos, como na Universidade Federal de Lavras (UFLA), docentes deflagraram greve sanitária contra o retorno das atividades presenciais na instituição. A greve sanitária prevê que apenas o trabalho presencial seja suspenso, sem prejuízos para as atividades remotas. Já em outros casos, como no Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal (MPF) pressionou, na Justiça, pela volta às aulas presenciais imediatamente nas instituições federais de ensino.

Intervenções e perseguições

As intervenções do presidente da República, Jair Bolsonaro, por meio do Ministério da Educação (MEC), nas instituições federais de ensino (universidades, institutos e centros federais) continuaram durante todo o ano. Desde 2019, cerca de 25 interventoras e interventores foram indicados para as reitorias das instituições. Houve escolhas de nomes que não estavam em primeiro na lista tríplice e indicações de nomes que sequer participaram do processo de escolha nas instituições. A campanha lançada pelo sindicato nacional em 2020, em suas redes, "Reitor/a eleito/a é reitor/a empossado", continuou em 2021 com a publicação de materiais gráficos e entrevistas sobre a situação antidemocrática vivida nas instituições e a importância da luta pela autonomia universitária.

Em janeiro, Bolsonaro decretou a nomeação de Isabela Fernandes Andrade como reitora da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). No mês seguinte, foi a vez da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) ser surpreendida pela troca da interventora Mirlene Ferreira Macedo Damázio por Lino Sanabria.

Em março, o governo federal não nomeou Ricardo Berbara, escolhido para a gestão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em julho, Bolsonaro ignorou a escolha da comunidade da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e nomeou como reitora Herdjania Lima.

As lutas encampadas pelas comunidades acadêmicas, com o apoio das suas entidades representativas, foi primordial para a reversão da intervenção, em março, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), que voltou a ter um diretor-geral eleito democraticamente. Maurício Saldanha Motta, eleito em 2019, foi nomeado ao cargo.

Já em outras instituições, a luta prossegue. Em agosto, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) aprovou a destituição do reitor interventor, Carlos Bulhões, e da vice-reitora interventora, Patrícia Pranke, nomeados em 2020. O pedido para que os gestores sejam destituídos foi enviado ao MEC, mas segue sem resposta. No mesmo mês, foi a vez do Comitê de Mobilização pela Autonomia e contra a Intervenção na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresentar um dossiê denunciando o autoritarismo e o caráter antidemocrático do reitor interventor da universidade nomeado em 2020. A comunidade acadêmica realizou ainda um ato público em frente ao prédio da reitoria contra a intervenção.

Para publicizar os ataques à autonomia universitária, entre os dias 23 e 27 de agosto foi realizada a Semana Nacional de Luta contra a intervenção nas Instituições Federais de Ensino, deliberada pelo ANDES-SN, com debates, assembleias, atos em frente às reitorias e mobilização nas redes sociais. No âmbito judicial, o ANDES-SN foi *Amicus Curiae* (amigo da corte, em latim) na Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 6565, que buscava garantir que a nomeação de reitores e vice-reitores nas universidades federais respeitasse a autonomia universitária e obedecesse à ordem da lista tríplice de candidatos encaminhada pelas instituições, após consulta às comunidades acadêmicas.

"Percebemos que o governo federal e sua corja organizada nas universidades se sentem muito mais à vontade de lançar seus mecanismos autoritários de manobra para ferir a autonomia e democracia das universidades. São mais de 25 instituições que foram desrespeitadas nas escolhas das e dos reitores", disse Joselene.

Vitória contra a Portaria 983/20

A pressão e articulação das e dos docentes contra a Portaria 983/20, do Ministério da Educação (MEC), levou à vitória da categoria. A normativa do MEC trazia ataques aos professores e às professoras da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ao estabelecer um aumento da carga horária mínima de aulas a ser cumprida pelos e pelas docentes e, ainda, instituía o controle obrigatório de frequência por meio do ponto eletrônico. No início de dezembro, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o parecer favorável do deputado Glauber Braga (Psol-RJ) ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 483/2020, de André Figueiredo (PDT-CE), que susta a Portaria 983/20.

Censura

Além da imposição da volta às aulas presenciais e das intervenções, o MEC, em fevereiro deste ano, enviou um ofício às administrações das Instituições Federais de Ensino (IFE) públicas para "prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino".

O ANDES-SN publicou uma nota de repúdio contra a medida e acionou o MPF, que, por sua vez, pediu informações à Pasta sobre o referido ofício. A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – órgão do MPF – emitiu recomendação, ao MEC, para que se abstivesse de editar qualquer ordem que visasse prevenir ou punir atos supostamente "político-partidários" nas instituições federais de ensino.

Em agosto, o procurador-chefe da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Murillo Giordan Santos, foi exonerado pelo MEC e substituído por Alessander Jannucci, sem conhecimento da reitoria. Santos havia feito críticas à Medida Provisória (MP) 979/2020, que permitia que o ministro da Educação nomeasse as e os reitores *pro tempore*, vice-reitoras e vice-reitores para as universidades e institutos federais e diretora ou diretor-geral de CEFETs, sem consulta prévia e enquanto vigorasse a pandemia. Outras tentativas de censura e perseguição ocorreram também por meio do Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal, enviado pelo Ministério da Economia aos servidores e às servidoras da União. O ANDES-SN encaminhou à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC) do MPF uma cópia do manual e se reuniu com o órgão para tratar do assunto e dos encaminhamentos possíveis.

As perseguições por parte do governo resultaram também na abertura de um inquérito criminal contra a docente Erika Suruagy, presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Aduferpe – Seção Sindical do ANDES-SN), acerca de um *outdoor* patrocinado pela entidade, por meio do qual se denunciava a responsabilidade de Bolsonaro pelas mortes por Covid-19. Após muita pressão, o processo foi arquivado pela 15ª Vara Federal de Brasília, a pedido do MPF. Já Pedro Halal, ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), teve que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta com a Controladoria-Geral da União após fazer críticas à gestão da pandemia pelo governo.

Mudanças em estatutos e regimentos

Após eleitos, interventores e interventoras têm operado mudanças estruturais sem diálogo com as instâncias e segmentos da universidade, como foi o caso da UFRGS. Já o reitor interventor da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Janir Alves Soares, segue com posturas autoritárias na gestão da instituição em reuniões do Conselho Universitário (Consu). Em outras universidades, sem intervenção, as reitorias têm se aproveitado da pandemia para propor alterações nos estatutos e regimentos, que regulamentam e normatizam o funcionamento administrativo e estrutural das universidades, sem diálogo com a comunidade acadêmica. Em abril, as universidades federais de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Maranhão (UFMA) realizaram tentativas monocráticas e autoritárias de alterar o estatuto e O regimento geral das instituições de ensino superior (IES). Na UFMS, após pressão da comunidade, a reitoria retirou as pautas de votação e anunciou a criação de uma comissão para debater as alterações com a comunidade acadêmica. Na UFMA, mesmo com a pressão da comunidade, o Conselho Superior da universidade aprovou um relatório com as alterações no Estatuto. A sessão virtual foi conduzida sem qualquer debate e com truculência. Docentes também têm questionado o autoritarismo e a arbitrariedade na eleição para reitoria da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), no Ceará.

Cortes e contingenciamento

Assim como em anos anteriores, 2021 foi marcado por cortes e contingenciamento de verbas na área da Educação e atingiu um patamar que colocou novamente em risco a existência das instituições públicas de ensino. De acordo com levantamento do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), o Ensino Superior, no orçamento federal, passou de uma dotação autorizada de R$ 42,3 bilhões, em 2016, para R$ 29,5 bilhões, em 2021; destes, R$ 4,5 bilhões foram contingenciados, além de o autorizado ter sido menor, em razão de vetos presidenciais. Outra área que sofreu cortes foi a de Ciência e Tecnologia. Em outubro, o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei (PLN) 16, que resultou na retirada de R$ 655,4 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que é subordinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), após interferência do ministro da Economia Paulo Guedes.

De acordo com o levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), as universidades federais brasileiras necessitariam de, no mínimo, R$ 1,8 bilhão a mais do que o previsto para funcionarem em 2022. No Projeto de Lei Orçamentária de 2022, a previsão é de R$ 5,1 bilhões para gastos discricionários – funcionamento, obras, contratação de serviços de terceirização de mão de obra e despesas com assistência estudantil – para as 69 instituições. No entanto, a

Andifes alerta que seriam necessários, pelo menos, R$ 6,9 bilhões para custear a manutenção das universidades federais e pagar contas essenciais, como energia elétrica, água e serviços de limpeza, segurança e manutenção.

Sem verbas suficientes nas áreas de Educação e Ciência, os programas para a pesquisa brasileira sofreram grande impacto com cortes e atrasos nas bolsas. Este ano, por exemplo, apenas 12,8% de 3.080 projetos de pós-doutorado no país receberam bolsas de pesquisa científica, concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao MCTI, que viabiliza o avanço de pesquisas científicas no Brasil com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O governo Bolsonaro não pagou o valor referente ao mês de setembro de bolsas dos programas de apoio à formação de professoras e professores Residência Pedagógica (RP) e Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que são gerenciados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em resposta ao descaso do governo com a Educação e ao desmonte premeditado realizado pela administração de Bolsonaro, no final de novembro, 52 pesquisadoras e pesquisadores solicitaram o desligamento de suas funções na diretoria da Capes.

Mesmo diante de tantos retrocessos, o ministro da Educação (MEC), Milton Ribeiro, tem ignorado os apelos das instituições por mais verbas. E, após os cortes sucessivos no orçamento da Educação, anunciou – sem debate com a comunidade acadêmica – a criação de novas instituições de ensino, a partir do desmembramento de outras já existentes e sem realização de concurso público.

De acordo com o anúncio, serão criados seis institutos federais de ensino superior (IFs) e cinco universidades federais, sem a garantia da qualidade do ensino público.

Para expo à sociedade brasileira os ataques do governo à Educação, em setembro, o Sindicato Nacional lançou a campanha "Defender a Educação Pública, essa é a nossa escolha para o Brasil", aprovada nos 11º e 12º Conads Extraordinários, para ampliar a luta pela recomposição orçamentária nas universidades públicas, dos institutos federais e dos CEFETs. A campanha tem conseguido avançar no diálogo com a sociedade sobre a importância da educação pública. Desde então, foram realizadas *lives* com grandes artistas, lançamento de site, vídeos e *cards* nas redes sociais. Em dezembro, entre os dias 6 e 10, o ANDES-SN realizou a Semana Nacional em Defesa da Educação Pública e Contra os Cortes Orçamentários, para chamar a atenção da sociedade sobre a importância da recomposição orçamentária e SO financiamento adequado para a educação pública. A atividade foi aprovada em reunião conjunta dos setores das IFES, IEES e IMES. Uma programação com atos, debates, panfletagens, ações culturais e exibição de filme foi realizada em Brasília (DF), com a presença de representantes da diretoria nacional e da base do ANDES-SN, além de outras entidades do setor da Educação.

Para Joselene Mota, o ano de 2021 foi muito desafiador para as e os sindicalistas, educadores e educadoras que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade. Ao mesmo tempo, segundo ela, o balanço do ano foi positivo no que diz respeito às lutas e pautas priorizadas pelo Sindicato Nacional diante de tantos ataques. Para o ano de 2022, a luta será mantida e intensificada. “Encerramos um ano cheio de desafios com muita luta, mas também com muita vontade de colocar cada vez mais na centralidade da luta do sindicato a defesa da vida, da saúde, da educação, da segurança pública e alimentar, e habitação. O direito à educação pública significa transformar e provocar um olhar mais crítico e de pertencimento para que a classe trabalhadora reivindique aquilo como dela”, disse.

Conads virtuais

Durante o ano, em decorrência da pandemia, as e os docentes se reuniram de forma virtual para debater temas importantes da política brasileira e pautas da categoria. Entre os dias 27 de março e 3 de abril, com o tema central “Em defesa da vida, dos serviços públicos e da democracia e autonomia do ANDES-SN”, ocorreu o 11º Conad Extraordinário do ANDES-SN. O 12º Conad Extraordinário do ANDES-SN foi realizado nos dias 2, 9 e 16 de julho de 2021, com o mote central: “Em defesa da vida, da educação pública e dos serviços públicos: resistir é preciso!”. O último congresso realizado em 2021 ocorreu nos dias 15 e 16 de outubro. O 13º Conad Extraordinário do ANDES-SN teve como tema "Conjuntura e Congresso do ANDES-SN". As e os docentes debateram a realização do próximo congresso do ANDES-SN em 2022, no formato presencial, levando em conta o quadro da pandemia e as condições de segurança sanitária.

Pressão de servidoras e servidores públicos em Brasília enfraquece votação da PEC 32 em 2021

Há mais de três meses, servidoras e servidores público têm realizado semanalmente atos presenciais em Brasília (DF) e em diversos estados contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, a contrarreforma Administrativa que altera as regras sobre servidoras e servidores públicos e modifica a organização da Administração Pública direta e indireta. Na prática, se aprovada, a PEC 32 trará o fim dos concursos públicos e da estabilidade das servidoras e dos servidores públicos e resultará na destruição de diversas conquistas da classe trabalhadora, como acesso à educação pública, por exemplo. A pressão das servidoras e dos servidores públicos em Brasília enfraqueceu a tramitação da PEC 32 e ela não foi a plenário.

As mais de 15 semanas de atividades, finalizadas no dia 17 de dezembro, fizeram parte da Jornada de Lutas contra a PEC 32, organizada na capital federal pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), junto com o Fórum das Centrais. Durante todo esse tempo, servidoras e servidores realizaram atos no saguão de desembarque do Aeroporto Internacional de Brasília (DF), em frente ao Anexo II da Câmara dos Deputados e Espaço do Servidor, localizado no bloco C da Esplanada dos Ministérios. Também ocorreram protestos em frente ao Palácio do Planalto, no Congresso Nacional e na Rodoviária do Plano Piloto, além de marchas pela Esplanada.

As atividades foram marcadas por palavras de ordem, discursos de representantes das entidades do funcionalismo público e, em algumas ocasiões, apresentações de grupos musicais e performances, para chamar a atenção da sociedade e pressionar as e os parlamentares a se posicionarem contra a PEC, que representa o desmonte dos serviços públicos e um profundo ataque aos direitos do funcionalismo público municipal, estadual e federal.

No aeroporto, por exemplo, passageiras e passageiros se depararam a cada semana com uma mobilização diferente. Já foram espalhadas em malas abertas notas falsas de 200 reais, com a imagem de papelão em tamanho real do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), representando uma possível compra de votos para a aprovação da proposta do governo; também foram entregues garrafas de suco de laranja aos parlamentares com seus rostos estampados no rótulo. em dezembro, o deputado foi alvo da mobilização em que servidoras e servidores públicos ocuparam a entrada da casa do parlamentar para mostrar que as manifestações contra o desmonte dos serviços público no Brasil não vão parar até que o governo enterre de vez a PEC 32.

A tentativa do governo federal e do presidente da Câmara de negociar os votos que faltariam para aprovação da PEC 32, por meio de emendas parlamentares, foi tema de um dos protestos em frente à Câmara, no qual manifestantes entregaram aos trabalhadores e às trabalhadoras da

casa legislativa cédulas falsas de dinheiro. Paulo Guedes, ministro da Economia, foi alvo de uma ação das servidoras e dos servidores após o vazamento da informação de que possui uma empresa *offshore* ativa nas Ilhas Virgens Britânicas, um paraíso fiscal no Caribe, com US$ 9,55 milhões de capital. No ato, milhares de cédulas de dólares falsas, com o rosto do ministro e manchadas de sangue, foram distribuídas. Uma geladeira com apenas ossos e sangue foi colocada em frente ao Ministério da Economia e cédulas foram espalhadas, para representar a fome que se alastra dia após dia no país.

Já na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, as e os manifestantes colocaram máscaras com o rosto de Bolsonaro e imitaram gestos de armas com as mãos. No mesmo momento, várias pessoas deitaram no chão, cobertas com tinta vermelha, em alusão à morte. Ao final do ato, as máscaras foram queimadas. A performance lembrou os mais de 600 mil mortos pela Covid-19 no país e o descaso do governo com a pandemia. Tamanha pressão das atividades resultou em uma reunião, em outubro, entre representantes do ANDES-SN e de outros sindicatos, centrais sindicais e do Fonasefe com a Liderança da Minoria e parlamentares. As deputadas e os deputados contrários à aprovação da contrarreforma Administrativa destacaram o papel central das mobilizações na capital federal e nos estados. Na avaliação da bancada, a mobilização das e dos servidores públicos tem mostrado aos parlamentares que a classe trabalhadora não desistirá de sua luta e, por isso, é fundamental intensificar a mobilização permanente em Brasília, nos estados e municípios.

No gramado central da Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional, servidoras e servidores representaram de forma lúdica Arthur Lira e seu rolo compressor, passando por cima de direitos básicos da população, como o acesso à Saúde e à Educação. Na ocasião, foi realizada também uma encenação de uma corrida de cavalos com manifestantes representando parlamentares, com direito a chuva de dinheiro falso, simbolizando a "venda" de votos para a aprovação de projetos que atacam os direitos da população brasileira. A performance foi realizada em frente à Câmara.

Para Zuleide Queiroz, 2a vice-presidenta do ANDES-SN, o fato de a PEC não ter sido votada é resultado de muito empenho de todas e todos os servidores que mantiveram a pressão nos últimos meses. "Só a luta muda a vida e isso foi provado. Se a gente não tivesse se movimentado e criado a palavra de ordem 'quem votar, não volta', ou não tivesse realizado a peregrinação nos gabinetes das e dos parlamentares, não só em Brasília como nos próprios estados, ou sem o diálogo com a sociedade nas ruas, não teríamos conquistado essa vitória de não deixar que a PEC 32 fosse votada", avalia.

Outras lutas

Durante a Jornada de Lutas, as e os servidores públicos também se somaram a diversas lutas, como a do Marco Temporal com as e os indígenas; contra os cortes no orçamento da Ciência e Tecnologia, com pesquisadores, pesquisadoras e estudantes; e junto com a coordenação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), para garantir o pagamento das bolsas de pesquisa, extensão e iniciação científica atrasadas das e dos estudantes e, mais recentemente, o acompanhamento da luta contra a PEC 23.

Segundo Zuleide Queiroz, essas lutas foram importantes para fortalecer o movimento contra a PEC 32. "É muito importante dizer que a luta dos povos indígenas contra o Marco Temporal nos motivou muito, porque estávamos em um período de isolamento, devido à Covid-19, e havia a complicação do deslocar pessoas de outros estados para a capital federal e de garantir as condições de segurança sanitária. Todas essas preocupações foram levadas em conta na nossa decisão de irmos às ruas contra a PEC 32 e de nos somarmos à luta dos indígenas contra o Marco Temporal", relembrou.

Greve Geral

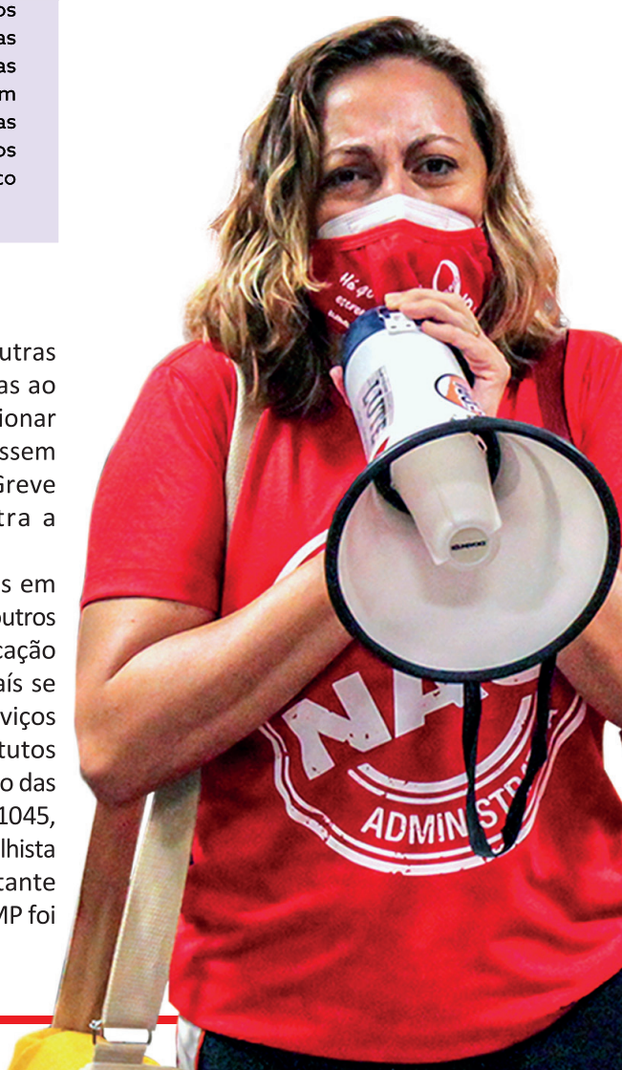
O ANDES-SN, em conjunto com outras entidades do serviço público ligadas ao Fonasefe, e com o objetivo de pressionar as e os parlamentares para que votassem contra a proposta, deflagrou uma Greve Geral no dia 18 de agosto contra a reforma Administrativa.

Na ocasião, foram realizados atos em todas as 27 capitais e em pelos menos outros 60 municípios. Atendendo à convocação do ANDES-SN, docentes de todo país se somaram à luta em defesa dos serviços públicos e das universidades, institutos federais e Cefets, contra a privatização das estatais e a Medida Provisória (MP) 1045, que promovia uma nova reforma Trabalhista com graves ataques. Numa importante vitória para a classe trabalhadora, a MP foi rejeitada no Senado e arquivada.

"Desde o dia 18 de agosto, dia da Greve Geral, até a Jornada de Lutas que já está planejada para o início de 2022, confiamos na nossa disposição e no nosso acerto de ter feito essa ação audaciosa e perigosa, porque são nossos corpos e nossas vidas que estavam em jogo. Não tivemos o direito de fazer isolamento nesses últimos meses e o apoio da população das e dos estudantes, técnicos e técnicas, professores e professoras foi fundamental para essa vitória. A nossa experiência dentro do Fonasefe, em unidade com as entidades ligadas à Educação e Judiciário, centrais sindicais, movimento estudantil, e com o apoio incondicional dos movimentos sociais, mostrou para nós que a unidade é muito importante para construir mais vitórias em 2022", disse a diretora do Sindicato Nacional.

Votos necessários

Para aprovar a PEC 32 na Câmara são necessários votos de, pelo menos, 3/5 dos deputados e das deputadas, ou seja, 308 votos a favor, nos dois turnos da votação. No Senado, são necessários 49 votos, também em dois turnos. Caso o texto enviado ao Senado seja alterado, a PEC voltará para ser apreciada novamente na Câmara dos Deputados.



2021 foi marcado por diversos protestos de ruas contra o governo de Jair Bolsonaro

O ano de 2021 iniciou-se com a incerteza sobre se o governo federal garantiria a compra de vacinas contra a Covid-19 para toda a população brasileira. Apesar de a primeira dose da vacina ter sido aplicada no dia 17 de janeiro, o descaso do governo nas negociações com as farmacêuticas e na compra de insumos, a falta de um plano eficiente de imunização, os constantes atrasos no cronograma de vacinação e a irresponsabilidade do Ministério da Saúde (MS) na aquisição de, ao menos, 4 milhões de comprimidos de cloroquina para o "tratamento precoce" no combate ao novo coronavírus trouxeram dúvidas, incertezas e, infelizmente, milhares de mortes evitáveis em 2021.

Mortes pela Covid-19

Mais de 617 pessoas morreram em decorrência da Covid-19 no Brasil, desde o início da pandemia. Em outubro, quando o país atingiu a marca de 600 mil mortes, o equivalente à população do estado de Roraima, o epidemiologista e ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), Pedro Hallal, explicou que 480 mil pessoas estariam vivas se a mortalidade no Brasil fosse igual à média mundial.

A necropolítica adotada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, foi determinante para que milhões de brasileiras e brasileiros, mesmo em pandemia – que impõe limitações às manifestações públicas – realizassem diversos protestos em 2021 contra a crise sanitária, econômica e social instalada no país. Os atos foram convocados pelas centrais sindicais, frentes, sindicatos, partidos de oposição e diversas entidades.

Depois dos panelaços pelo Fora Bolsonaro, que ocorreram nos primeiros dias do ano, em 23 de janeiro as ruas ficaram repletas de manifestantes em carros, motos e bicicletas nas cidades de norte a sul do Brasil. Os protestos fizeram parte de uma agenda de lutas pelo impeachment de Bolsonaro, em defesa da saúde pública e por uma ampla campanha de vacinação para todas e todos. No dia 31 de janeiro, milhares de pessoas exigiram vacinação e a volta do auxílio emergencial aos mais vulneráveis.

As manifestações continuaram no dia 1º de fevereiro e marcaram o Dia Nacional de Lutas em defesa da vacina para todas e todos, com a realização de carreatas em diversos estados. Na semana em que o Brasil se aproximou da trágica marca de 250 mil mortes pela Covid-19, as ruas de várias cidades do país foram novamente tomadas, por meio de atos realizados em 20 e 21 de fevereiro.

As manifestações ganharam fôlego e continuaram durante o mês de março. Em consonância com o 8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras, o ANDES-SN e suas seções sindicais realizaram atos virtuais, carreatas, manifestações públicas, entre outras atividades, por melhores condições de vida, pelo fim da violência de gênero, por vacina para todas e todos, pelo auxílio emergencial imediato e pelo Fora Bolsonaro. Por "Pão, Vacina, Saúde e Educação" e pelo "Fora Bolsonaro", no dia 31 de março, foi a vez de os estudantes de todo o país saírem às ruas e às redes para protestar.

Para marcar o Dia Mundial da Saúde, no dia 7 de abril, mais 30 de atividades simbólicas, organizadas pela Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, ocorreram em defesa da vida e do Sistema Único de Saúde (SUS), e em luto pelas vidas perdidas na pandemia. No dia 1º de Maio, Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora, a diretoria do Sindicato Nacional e suas seções sindicais realizaram, em articulação com as CSP-Conlutas, frentes, movimentos sociais e fóruns nos estados e municípios, atos em formato virtual e, em alguns estados, atos presenciais, por meio de carreatas e da presença nas ruas, sempre com a distribuição de máscaras, álcool em gel e alimentos, além de diálogo com a população.

No dia 29 de maio, brasileiros e brasileiras compareceram em peso às ruas, em mais 100 cidades no Brasil e no exterior, para exigir vacina no braço, comida no prato e o impeachment de Bolsonaro. Apesar da pandemia e das 450 mil mortes, a indignação levou milhares de pessoas às ruas em passeatas e carreatas para garantir a participação de quem não sentiu segurança ou não teve condições de estar nas marchas. As e os manifestantes cobravam também auxílio emergencial de pelo menos R$ 600, mais recursos para a Educação e Saúde públicas, defesa dos povos indígenas e da Amazônia, a não aprovação da reforma Administrativa e o fim das privatizações.

Privatizações

Enquanto a população reivindicava o seu direito a vida e o fim dos retrocessos, o governo federal, com o apoio da sua base governista no Congresso Nacional, preparou sua agenda de privatizações. Eletrobras, Correios, Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e Dataprev estavam na mira. No mês de junho, foi aprovada a privatização da Eletrobras, empresa responsável por 30% da energia gerada no país e que possui um patrimônio avaliado em quase R$ 400 bilhões. Em seguida, o governo Bolsonaro centrou esforços para entregar ao capital privado uma das estatais mais eficientes e lucrativas do país: a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Em 2020, a empresa teve lucro líquido de R$ 1,5 bilhão. O primeiro passo para a privatização aconteceu no início de agosto, com a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados. Entretanto, a pressão das e dos trabalhadores da empresa, em unidade com diversas centrais sindicais, entidades e sociedade civil, fez com que o projeto não seguisse, ao menos por enquanto, para votação no plenário do Senado Federal.

Com a mesma pauta da manifestação anterior, no dia 19 de junho, a população voltou às ruas em mais de 400 cidades em todo o país. As manifestações coincidiram com a data em que o Brasil alcançou a triste marca de 500 mil vidas perdidas para a Covid-19. As vítimas foram lembradas e homenageadas durante os atos, que mobilizaram representantes das seções sindicais do ANDES-SN em diversos lugares do país e do mundo. Após as manifestações do dia 19 de junho, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, declarou que iria vacinar toda a população adulta do país, acima dos 18 anos, com pelo menos uma dose, até setembro deste ano.

As suspeitas de irregularidades na compra da vacina indiana Covaxin pelo governo federal, levantadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, fizeram com que a população retornasse às ruas no dia 3 de julho. Antes, no dia 30 de junho, um "super pedido" de impeachment contra o presidente foi protocolado em Brasília (DF). O documento reuniu os 122 pedidos já encaminhados à Câmara dos Deputados e teve como objetivo pressionar o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para que abrisse imediatamente o processo.

No dia 24 de julho, milhares de manifestantes estavam novamente nas ruas das diversas cidades brasileiras clamando Fora Bolsonaro e manifestando-se contra a privatização dos Correios e de outras estatais. O protesto contou com a presença massiva de movimentos sociais e populares e de entidades sindicais e estudantis, que estiveram presentes em 488 atos, em 471 cidades do Brasil e também em outros 17 países.

Durante todo o mês de agosto, foram realizados diversos atos contra o governo: no dia 5, Dia Nacional da Saúde; no dia 11, Dia do Estudante; e no dia 18, quando servidoras e servidores públicos de todo o país dialogaram com a população acerca da responsabilidade de Jair Bolsonaro pela destruição de serviços públicos, pela privatização de estatais essenciais e lucrativas, pelo agravamento do desemprego e pelo aumento geral dos preços e da fome.

No dia 7 de setembro, docentes se juntaram a outras categorias de trabalhadoras e trabalhadores, estudantes, militantes de vários movimentos sociais, sindicais e populares em mais um ato pelo Fora Bolsonaro. Com o mote "Vida em primeiro lugar! Na luta por participação popular, saúde, comida, moradia, trabalho e renda, já!", os atos realizados nessa data foram incorporados ao 27º Grito dos Excluídos e das Excluídas, um contraponto à comemoração oficial do dia da Declaração de Independência do Brasil e um dia de resistência e luta por um país mais justo e igualitário.

No dia 2 de outubro, docentes da base do ANDES-SN mais uma vez se juntaram às manifestações, que ocorreram em todas as capitais brasileiras e em mais de outras 300 cidades no país e no exterior. Além do Fora Bolsonaro e Mourão, ecoaram nas ruas as denúncias de corrupção do governo, o alto desemprego, a alta da inflação, a fome e a miséria. Os atos continuaram no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, em diversas cidades do país, para lembrar a data histórica de resistência da população negra na defesa da igualdade racial, da vida, da democracia e do emprego, contra a carestia e a fome e pelo Fora Bolsonaro racista. O ANDES-SN convocou e participou dos atos organizados pela Convergência Negra e pela Coalizão Negra por Direitos.

Avaliação

Segundo Milton Pinheiro, 1º vice-presidente do ANDES-SN, as lutas de massas ocorridas durante o ano de 2021 tiveram uma significativa presença nas ruas e lançaram uma importante ofensiva da esquerda e dos setores proletários e populares. Ele apontou a importância dos protestos locais em diversas periferias brasileiras em virtude do genocídio da população negra e, também, de outras formas de opressão que são típicas da sociedade capitalista. "O fora Bolsonaro/Mourão, a bandeira do impedimento do presidente neofascista, a defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, a luta pela vacinação contra a Covid-19, a defesa da educação e o combate ao obscurantismo e ao negacionismo foram pautas que mobilizaram importantes segmentos sociais. No segundo semestre, ocorreram várias manifestações unitárias; contudo, algumas pautas específicas têm direcionado o combate. Trata-se da luta contra a PEC 32, a mudança na lei dos precatórios e outras, que tem nos levado aos aeroportos, rodoviárias, casas legislativas, a Brasília, à vigília no anexo II da Câmara dos Deputados... Portanto, a luta tem gerado outros enfrentamentos", avaliou.

Para o diretor do Sindicato Nacional, o ano de 2022 será decisivo para muitas das lutas que estão em curso. "Vamos adentrar 2022 com muita força e organização. Sabemos da importância do ano eleitoral; todavia, se a classe trabalhadora não estiver forte e organizada para defender seus interesses, não teremos nenhuma condição de vitória. Devemos avançar nas lutas contra as privatizações. Seria importante discutir a possibilidade de uma campanha por um referendo revogatório das privatizações, contrarreformas, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A conjuntura é complexa, a relação de força ainda é desfavorável; não obstante, nossa luta vai estabelecer novos caminhos por meio dos quais poderemos lutar e construir a vitória", finalizou.

40 anos ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Sindicato Nacional comemora **4 décadas** de vida em meio a um dos períodos mais conturbados desde sua existência

A celebração do 40º aniversário do ANDES-SN acontece em um momento desafiante para o conjunto da sociedade, em que o país se vê alvo de ataques de virulência inédita, desmanche dos serviços públicos e graves ameaças à sua população.

Desde que surgiu, durante a ditadura militar, o Sindicato Nacional tem como missão, a luta constante em defesa da Educação Pública. Foram quatro décadas de pessoas, frases e faixas nas ruas, até que a pandemia nos confinou a todos e todas dentro dos lares. Tivemos de reaprender a atuar e, nesse sentido, cabe destacar que o ANDES-SN precisou utilizar o espaço virtual de forma a conversar com todas e com todos.

As lives, embora longe de substituir a profícua troca de ideias e energia que só pode ocorrer na presença das companheiras e dos companheiros de luta, uniram todas e todos nos diversos pontos do país e mesmo do exterior. As atividades de 40 anos do ANDES-SN começaram assim, com uma live especial de lançamento das comemorações.

As redes sociais se tornaram um amplo espaço de discussão e divulgação de informações, bem antes do isolamento social trazido pela pandemia da covid-19 e, entre diversos conteúdos de extrema importância, os cards de memória, publicados logo no início do ano às sextas-feiras, trouxeram à 2021 o espírito dos episódios importantes da história pregressa.

Essas mesmas redes passaram a levar a voz de luta do ANDES-SN aos diversos momentos do dia a dia das pessoas que, assim, se sentiram menos sozinhas e mais participativas mesmo em momentos bastante difíceis. O documentário "Narrativas Docentes: história de luta das mulheres no ANDES", lançado em março, é um exemplo de como a emoção da luta pode extrapolar para os canais digitais. Aliás, há outra produção do Sindicato Nacional que chamou a atenção, o programa ''Memória Viva''*, que faz a contextualização histórica deste sindicato e traz as histórias de quem ajudou a construí-lo.

Maria Regina de Avila, secretaria geral do ANDES-SN, destaca que as pautas de luta de um dos maiores sindicatos do Brasil não podem ficar limitadas às demandas imediatas. "Com a nossa organização de base e por meio das seções sindicais, que de fato são aquelas que organizam o processo de mobilização em defesa da educação pública de qualidade, sabemos que é preciso articular com o conjunto das lutas da classe trabalhadora", lembra ela.

Para um sindicato que se organiza com uma base classista é muito importante aliar as pautas antipatriarcal, antirracista, anti-lgbtfóbica, anticapacitista e antifascista, ou não será uma luta classista. ''No período da pandemia, com todas as dificuldades apresentadas, a direção do Sindicato Nacional se manteve nas lutas importantes para preservar a democracia e defender os direitos sociais'', salienta Regina.

Uma conquista importante que reforça a concepção do que é o sindicato e do que é fazer a luta foi a adesão de novas seções sindicais, como é o caso da ADUFMS, que retorna à base, enquanto outras seções estão encaminhadas nesse processo. "A importância do fato reside no significado de que a categoria está fazendo a opção pela manutenção e defesa de um sindicato classista que luta pela organização de base", declara a secretaria geral do ANDES-SN''.

O ano de 2021 certamente ficará grifado na história do Sindicato Nacional como mais um dos períodos em que as ruas mostraram a força da classe trabalhadora. Marcado pela mobilização da categoria e do conjunto da sociedade, articulando a luta contra a PEC 32, pelo "Fora Bolsonaro" e, sempre, em defesa da educação pública, lutando contra todos os ataques à Educação e ao Ensino Superior, 2021 se encerra guardado por um Sindicato Nacional pronto para a resistência.

"Em que pese estarmos em uma conjuntura extremamente fascista, negacionista e genocida, a nossa avaliação é que soubemos engajar e fortalecer a luta", conta Regina, antevendo que, em 2022 o Sindicato Nacional vai permanecer aguerrido para enfrentar a conjuntura.

**As gravações do programa Memória Viva foram interrompidas durante os meses ativos da luta presencial contra a PEC 32, em Brasília. Em 2022, novos episódios deste programa serão lançados.*

Um ano de lutas e resistências

O ano de 2021 foi marcado por inúmeras lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores de todo o país que, mesmo em meio à pandemia, se organizaram e foram às ruas em defesa de seus direitos conquistados. O ANDES-SN acompanhou muitos desses movimentos, fossem eles da categoria docente ou não. Por esse motivo, abordamos alguns deles nessa edição. Confira:

FEVEREIRO

As e os professores da rede estadual de São Paulo decidiram pela greve sanitária, em defesa da vida e contra a volta às aulas presenciais. A paralisação, que teve 15% de adesão da categoria, tinha como objetivo permitir o retorno presencial somente quando fosse possível garantir a segurança de todas e todos.

MARÇO

Em 24 de março, servidoras e servidores públicos federais, estaduais e municipais realizaram um Dia Nacional de Luta, Mobilizações, Paralisações e Greve do Funcionalismo Público, com o objetivo de garantir vacinas para todas e todos, o retorno do auxílio emergencial e *lockdown* efetivo e em defesa da vida.

ABRIL

Os trabalhadores da marca LG decidiram parar após a fabricante sul-coreana de eletrônicos anunciar que encerraria a produção de smartphones no mundo todo. No Brasil, isso resultaria na demissão de 830 profissionais, sendo em sua maioria mulheres. A greve durou 23 dias e foi finalizada após acordo trabalhista, que garantiu o pagamento integral dos direitos e indenizações conforme o tempo de serviço.

MAIO

As e os profissionais da área da saúde deflagraram uma greve após passarem dois meses sem receber salário. Cerca de dez mil trabalhadoras e trabalhadores endossaram o movimento, que exigia também condições justas de trabalho, como vacinação para todos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e a volta da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), que coordenava as residências nacionalmente.

JUNHO

Quando o Brasil ultrapassou a marca de mais de 470 mil mortos pela Covid-19, a população foi às ruas e intensificou mobilizações contra o governo genocida de Jair Bolsonaro. A atividade, conhecida como #19J, deu força ao lema ''Vacina no braço e comida no prato!''

JULHO

Caminhoneiros de 15 Estados brasileiros iniciaram uma paralisação no dia 26 de julho. Entre as diversas reinvindicações, eles solicitavam um piso mínimo para o frete e diminuição no preço do diesel.

AGOSTO

O dia 18 de agosto ficou conhecido como o 18A – Greve do Setor Público. A mobilização levou milhares de brasileiros e brasileiras às ruas e a pauta principal foi a luta contra a PEC 32, que, caso aprovada, destruirá pilares fundamentais do serviço público, impactando diretamente o que é ofertado à população, além de abrir as portas para a privatização.

SETEMBRO

No mês em que, historicamente, comemora-se o Dia da Independência do Brasil, foi realizado o Grito dos Excluídos, também no dia 7 de setembro. Na ocasião, as ruas foram ocupadas mais uma vez e os temas discutidos foram os cortes de quase R$ 30 bilhões no orçamento de 2021; os 15 milhões de desempregados/as; os valores abusivos no repasse da gasolina, botijão de gás e alimentos; e os mais de 19 milhões de cidadãos em extrema pobreza.

OUTUBRO

Trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos da General Motors de São Caetano do Sul iniciaram uma paralisação em 1º de outubro, após a empresa sugerir que a reposição salarial fosse feita somente em fevereiro de 2022. Além disso, eles planejavam manter o mesmo acordo acertado para 2021 em 2022, pagando somente metade do reajuste salarial (INPC) em fevereiro de 2023. A greve durou 13 dias e foi finalizada após determinação do Tribunal Regional do Trabalho.

As e os servidores públicos municipais de São Paulo entraram em greve contra o avanço da Reforma da Previdência (PLO 7/21), conhecido como SampaPrev, em 15 de outubro. A mobilização ocorreu após aprovação, pela Câmara Municipal, de proposta que buscava alterar diretamente as regras das aposentadorias, com taxação de 14% sobre os benefícios de todos os aposentados.

NOVEMBRO

As e os trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) entraram em greve no dia 26 de novembro. O protesto foi contra o descaso patronal, as tentativas constantes de privatização da empresa, as perdas salariais e a negativa da empresa em manter os direitos que foram conquistados em Acordos Coletivos de Trabalho. A paralisação durou 19 dias e foi a mais longa da EBC. Atualmente, vigora o ''Estado de greve'' enquanto o TST analisa o dissídio coletivo.

DEZEMBRO

No dia 13 de dezembro, professoras e professores do Paraná começaram uma greve de três dias contra o reajuste de salários apresentado pelo Governo do Estado. Até o fechamento desta edição, a situação não havia sido resolvida.